

TRIBUTOS

Com medo de sofrer derrotas no Senado, ministros palacianos descartam reenviar projeto. Mas José Múcio quer diálogo com a oposição

Governo não estuda criar nova contribuição

IZABELLE TORRES E DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

Antonio Cruz/ABr



JOSÉ MÚCIO DESBAFA DEPOIS DA DERROTA NO SENADO: "ACABOU PREVALECENDO A MIUDEZA E O CÁLCULO ELEITORAL"

Apesar da disposição do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), de negociar a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo não pensa em enviar ao Congresso proposta de emenda constitucional (PEC) para ressuscitar o imposto do cheque. Em reunião ontem no Palácio do Planalto, cinco ministros concluíram que o governo não tem voto na Casa para aprovar PECs polêmicas. Por isso, não deve se submeter ao risco de sofrer novas derrotas.

Os ministros lembraram, inclusive, da atitude de Virgílio ao longo das discussões entre governistas e opositores. Na madrugada de quarta-feira, o tucano selou acordo com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci pela prorrogação da CPMF. Até o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi avisado do acerto. De manhã, depois de descansar e ler suas mensagens eletrônicas, Virgílio recuou.

"Acabou prevalecendo a miudeza e o cálculo eleitoral. O governo não pretende enviar a CPMF de novo", diz o ministro de Comunicação Social, Franklin Martins. "O PSDB fez dois acordos com o governo para aprovar a CPMF e rompeu. Se mandarmos outra proposta, vamos passar pela mesma situação", acrescentou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Perguntado sobre o assunto, o titular da Fazenda, Guido Mantega, se esquivou. Depois da derrota na votação do imposto do cheque, o governo decidiu reconstruir pontes com o Senado. Uma das idéias é intensificar o debate com os setores do PSDB que mostraram disposição para fechar um acordo com o governo. Se laços forem estreitados, há a possibilidade, por exemplo, de o Congresso aprovar uma reforma tributária, mesmo que com conteúdo mais modesto do que o originalmente redigido pela equipe econômica.

"Este tempo servirá para que todos conversem com suas consciências e vejam que nessa briga entre governo e oposição quem perde são os brasileiros que dependem da nossa sensatez", afirma o ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro. Articulador político do governo, Múcio tentou manter ontem o tom de otimismo. Deixou claro, no entanto, que o Planalto enquadrará os seis integrantes da base aliada que votaram contra a prorrogação da CPMF.

E ressaltou que a possibilidade de punições como a perda de cargos ocupados por indicados dos dissidentes ainda não foi analisada. "O assunto da CPMF era muito complexo para pensar em cargos. Mas não podemos negar que perdemos para nós mesmos. Temos na base mais gente do que o número de votos que obtivemos. Por isso, precisamos fazer a reavaliação das relações do governo com quem nos representa no Congresso."

Apadrinhados Já outro ministro fez questão de destacar que os seis governistas considerados "traidores"

podem até não sofrer punição mas também não emplacarão apadrinhados em cargos de segundo escalão. Apesar dos apelos ao debate, Múcio e Martins repisaram a tese segundo a qual a rejeição da CPMF foi obra de setores da oposição para os quais a prioridade é atrair o governo Lula, mesmo quando este age de acordo com os interesses do país.

"Há aqueles que trabalham na linha de quanto pior melhor. Não sei se podemos dizer que tivemos vencedores. Talvez aqueles que só pensam nas eleições e os que sonham impostos tenham sido vitoriosos nesta votação", destaca Múcio.

Enquanto tenta azeitar a relação com o Senado, o governo trabalhará para adequar a proposta de lei orçamentária de 2008 ao fim de uma fonte de receita estimada em R\$ 40 bilhões. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está na Venezuela, já determinou que não pode haver cortes no Bolsa Família e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em Caracas, o presidente fez um simples comentário sobre a derrota no Senado: "São coisas da democracia."

Dia de telefonemas e preocupações

O ministro de Relações Institucionais, José Múcio, passou o dia de ontem tentando convencer governadores e prefeitos de que o governo encontrará uma saída para compensar o corte de R\$ 40 bilhões na previsão de arrecadação para os próximos anos. "Os governadores estão preocupados porque o Brasil amanheceu surpreendido com a notícia. Desde cedo, atendo telefonemas de governadores de todos os partidos políticos e de integrantes das organizações civis. Eles querem saber como ficam os investimentos previstos", afirmou o ministro. Os primeiros a conversar com José Múcio foram os governadores Eduardo Campos (Pernambuco), Marcelo Déda (Sergipe) e Ana Julia Carepa (Pará).

Apesar do discurso otimista, o ministro admitiu que as propostas de investimentos anunciados para governos e municípios correm o risco de não serem retomados. "Não sabemos ainda o que será suspenso. Cada ministro está fazendo as avaliações para saber quais as providências que serão adotadas. Mas já sabemos que até a política industrial será repensada", anunciou. Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, os prefeitos não devem ficar pessimistas com a rejeição ao projeto porque o governo terá de encontrar uma forma para compensar os recursos para investimentos na saúde previstos na Constituição.

O presidente da CNM disse ainda que a derrota do governo foi resultado de erros nas estratégias governistas em busca de apoio. "Esses erros foram inclusive com o tratamento dado aos municípios. Procurei o ministro José Múcio na intenção de mobilizar os prefeitos e nunca obtive respostas. Na quarta-feira passada falei com a líder do PT e ela disse que não era necessária mobilização porque a matéria não entraria na pauta", relatou o prefeito. (II)

ALENCAR MINIMIZA

O vice-presidente da República, José Alencar, disse ontem que o Palácio do Planalto não foi derrotado no caso da CPMF. "O governo não foi derrotado. Se nós quisermos tratar disso com absoluto rigor, nós ganhamos, nós tivemos 56% dos votos. Só que o regimento exigiria 60%, então faltaram alguns votos. Portanto, os que saíram vitoriosos foram minoritários, porque tiveram 44%", afirmou. Foram 45 votos a favor da prorrogação, e 34 contra. Para a manutenção do tributo, no entanto, eram necessários 49 votos a favor.



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



A peste da radicalização

Quase vinte anos atrás, um grupo de constituintes identificado com a saúde pública conseguiu uma grande vitória: incluir na Constituição o direito universal à saúde e definir que o estado é o responsável por tirar esse direito do papel e transformá-lo em realidade material para o cidadão comum. Nascia o Sistema Único de Saúde (SUS). Mas, como em tudo na vida, a boa idéia só decolou quando definiram quem pagaria a conta. Nessas duas décadas, o país achou razoável que se recolhesse das transações financeiras um percentual mínimo para financiar esse direito universal. Daí a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O sistema ficou redondo quando, alguns anos depois, uma emenda constitucional determinou que a saúde deveria obrigatoriamente receber a cada ano o incremento de recursos correspondente à elevação do Produto Interno Bruto. Quem estiver interessado, e dispuser de tempo para pesquisar, detectará em cada um desses momentos de construção do SUS a presença de políticos que hoje militam nas fileiras do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Mais destacadamente, o ex-senador constituinte e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o principal ministro da Saúde dele, José Serra. Com eles, a Saúde adquiriu status superior aos demais ministérios. Em vez de o titular da área ficar mendigando recursos no Congresso (na elaboração do orçamento) e no Palácio do Planalto (na execução) tinha dinheiro garantido pela Constituição, proveniente de um imposto-contribuição praticamente insonegável.

Eram tempos em que se considerava razoável o cidadão e a empresa com conta em banco tirarem um dinheirinho do bolso para financiar a saúde pública. Ao contrário de hoje, quando parece prevalecer em segmentos mais bem posicionados da pirâmide social brasileira a convicção de que é preferível manter esse dinheirinho no bolso do contribuinte a garantir recursos para o sistema público de saúde. Talvez essa mentalidade já fosse prevalente, da classe média para cima, nos anos em que o SUS se ergueu, mas o ambiente político era outro: bonito era ter consciência social e fazer algo pelos pobres.

É possível que os ventos da opinião pública estejam mudando. Nota-se um certo cansaço, da classe média para cima, com a idéia de o estado prover os mais pobres de direitos à custa de quem paga imposto. Não que os pobres fiquem de fora da cobrança da CPMF, pois também eles desembolsam o dinheirinho a mais, embutido nos preços das mercadorias, pelo assim chamado efeito em cascata da contribuição. Mas, sem dúvida, há outros ventos na sociedade. Eles podem ser sentidos na desenvoltura com que o Bolsa Família, por exemplo, é caricaturizado como se fosse uma esmola. Cada vez mais abertamente.

É possível que tenham sido esses ventos a desempenhar papel decisivo na posição do PSDB, que preferiu jogar pela janela a CPMF a sequer analisar a proposta do governo de, finalmente, destinar todos os recursos da contribuição para a Saúde. Coisa que, aliás, era uma reivindicação do PSDB. Que, paradoxalmente, também pediu a extinção gradual da CPMF. Que o governo também topou. Sem tampouco sensibilizar o PSDB. Nesse teatro do absurdo, registrem-se as honrosas exceções do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e do próprio Serra, hoje governador de São Paulo.

Pela sua história, o PSDB (que aliás comanda a Frente Parlamentar da Saúde) deveria ter oferecido previamente alternativas ao financiamento do SUS, se de fato considerava essencial derrubar a CPMF. Ficou evidente, entretanto, que a disputa interna dos tucanos pelo poder imobilizou-os e impediu que agissem mais de acordo com suas próprias convicções — ou com as que alardeiam.

São as cicatrizes da radicalização política, essa peste que voltou a infectar a vida política nacional de uns tempos para cá. Falta algo do velho pessedismo nos dias atuais. Falta disposição para o diálogo e para a conciliação. Os antípodas miram antes na destruição do outro do que no próprio projeto. Mesmo que isso implique a própria destruição.

COMUNICADO DE RECALL AOS PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS DA MARCA CHEVROLET

Fornecedor: General Motors do Brasil Ltda.

Veículos	Nº de série do chassi
ASTRA	8B138617 a 8B211463
VECTRA	8B140628 a 8B211277
ZAFIRA	8C114697 a 8C148282

Data de fabricação dos veículos: de 1º de agosto a 30 de novembro de 2007.

Data do início do atendimento: 17 de dezembro de 2007.

Local de atendimento e agendamento do serviço: Rede de Concessionárias e Oficinas Autorizadas Chevrolet.

Componentes envolvidos: pastilhas do freio dianteiro.

Razões técnicas: desprendimento parcial do material de atrito da pastilha de freio.

Risco: aumento do esforço necessário para o acionamento do pedal de freio e a consequente redução da eficiência de frenagem do veículo, com risco de acidente.

Solução: verificação e eventual substituição das pastilhas do freio dianteiro.

Local de atendimento e agendamento do serviço
Rede de Concessionárias e Oficinas Autorizadas Chevrolet

Para informações adicionais, consulte:
Serviço de Atendimento Chevrolet
Telefone 0800-702-4200 ou
www.chevrolet.com.br